


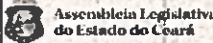
| | | | |
|--|---------------------------------------|---------------|-----------------|
|  Assembleia Legislativa do Estado do Ceará | Diretoria Adjunta Operacional | CÓDIGO: | FQ-COTEP-006-00 |
| | Formulário da Qualidade | DATA EMISSÃO: | 20/06/2018 |
| | Comissões Técnicas Permanentes | DATA REVISÃO: | |
| | Ata de Reunião | | |

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, RECURSOS HÍDRICOS, MINAS E PESCA NA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA TRIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ.

Às oito horas e trinta minutos do dia nove de julho de dois mil e dezenove, no auditório Deputado Antonio Gomes de Freitas, do Complexo de Comissões Técnicas Permanentes, reuniu-se a Comissão de Desenvolvimento Regional, Recursos Hídricos, Minas e Pesca, com a presença dos deputados Nelinho Freitas, Queiroz Filho e Walter Cavalcante. Registrou-se ainda a presença da deputada Augusta Brito e Acrísio Sena. Constatando número regimental, o presidente, deputado Nelinho declarou abertos os trabalhos e submeteu à apreciação do Plenário a Ata da Quarta Reunião Ordinária, cuja leitura foi dispensada a pedido do presidente. Colocando-a em discussão e votação, a Ata foi aprovada sem ressalvas. Passando ao **Expediente**: o presidente comunicou matéria recebida e distribuída ao relator **Walter Cavalcante – Projeto de Lei Complementar nº 015/2019, de autoria do deputado Acrísio Sena – “Altera a Lei Complementar n.º 81, de 02 de setembro de 2009, que criou o Fundo de Incentivo à Eficiência Energética (FIEE), tendo por objetivo o incentivo do desenvolvimento e financiamento da eficiência energética e da micro e minigeração distribuída de energia elétrica como estímulo à geração de energia com base nas fontes renováveis, bem como no apoio à modernização das instalações elétricas do Governo do estado do Ceará, com foco na eficiência do uso de energia, na forma que indica”**. Em seguida, o presidente deu início à **Ordem do Dia** com a leitura, discussão e votação de requerimentos e relatórios em geral: **Requerimento n.º 010/ 2019, de autoria do deputado Agenor Neto**. “Requer visita da Comissão de Desenvolvimento Regional, Recursos Hídricos, Minas e Pesca da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará aos municípios e comunidades rurais assistidos pelo Açude Trussu, especificamente nos municípios de Iguatu e Acopiara”; **Requerimento n.º 011/ 2019, de autoria do deputado Agenor Neto**. “Requer a realização de audiência pública no município de Iguatu/CE para discussão e análise da realidade hídrica da região Centro-Sul do Estado do Ceará”; **Requerimento n.º 012/ 2019, de autoria do deputado Acrísio Sena**. “Requer a realização de audiência pública, conjunta com a Câmara Municipal de Novo

Oriente/CE, para debater os impactos do deslocamento de rejeitos decorrentes da exploração de minério de ferro pela empresa Globest Participações Ltda, instalada no município de Quiterianópolis/CE, para o Açude Flor do Campo, situado no município de Novo Oriente/CE.”; e **Requerimento n.º 013/ 2019, de autoria da deputada Augusta Brito.** “Requer a realização de audiência pública para discutir sobre a disputa territorial entre os estados do Ceará e Piauí”. Em seguida o presidente colocou em discussão e votação os requerimentos. O deputado Acrísio Sena pediu para subscrever o Requerimento n.º 013/19, de autoria da deputada Augusta Brito, destacando que o Ceará já perdeu muito de seu território. O deputado Queiroz Filho pediu a subscrição nos requerimentos 012/19, de autoria do deputado Acrísio Sena, e 013/2019 da deputada Augusta Brito. Para discutir o Requerimento 012/19, o deputado Queiroz destacou a importância de debater os impactos do deslocamento de rejeitos decorrentes da exploração do minério de ferro em Novo Oriente; acentuou que essa atividade já trouxe muito desenvolvimento para a região, mas que hoje a situação é outra: “(...) além do problema ambiental, tem-se que debater o impacto na cidade ocasionado pelas dívidas, que foram deixadas pela mineradora”. Quanto ao requerimento da deputada Augusta Brito, sobre a disputa territorial entre Ceará e Piauí, o deputado Queiroz deu ênfase à questão da divisão dos equipamentos sociais (escolas, postos de saúde, etc.) dos dois municípios, que já estão consolidados. O deputado Nelinho também pediu subscrição no requerimento n.º 013/2019, da deputada Augusta Brito e passou a palavra à deputada para discutir o requerimento. A deputada Augusta agradeceu a subscrição dos outros deputados e destacou a importância de “somar esforços na busca de soluções, o mais rápido possível, inclusive definindo de imediato uma data de realização da audiência. O problema vem desde o império, mas agora se apresenta de forma efetiva. O Piauí tem conduzido o processo, inclusive alocando recursos para que seja feita nova perícia. O Ceará tem que se preparar com informações através de um mapeamento elaborado juntamente com o Mourão, da Comissão de Criação de Novos Municípios, para saber o que realmente se perde com a situação.

Continuação da Ata da 2ª Reunião Extraordinária

| | | | |
|---|---------------------------------------|---------------|-----------------|
|  | Diretoria Adjunta Operacional | CÓDIGO: | FQ-COTEP-006-00 |
| | Formulário da Qualidade | DATA EMISSÃO: | 20/06/2018 |
| | Comissões Técnicas Permanentes | DATA REVISÃO: | |
| | Ata de Reunião | | |

Como o Ceará vai se posicionar frente à nova perícia encomendada pelo Piauí”. Destacou vários problemas, dentre eles: o problema da identidade cultural para a população dos municípios; previsão de perda de 30 mil habitantes; 144 localidades serão atingidas nos municípios de Tianguá, Viçosa do Ceará, Carnaubal, São Benedito, Granja e Poranga, que terá a maior parte de seu território incorporado ao estado do Piauí e, previsão de que 35 escolas deixarão de pertencer ao Ceará. O deputado Acrísio Sena pediu para discutir e sugeriu que a audiência seja realizada em conjunto com a Assembleia Legislativa do Piauí, pela oportunidade de acompanhar os argumentos do Piauí. A deputada Augusta não concordou por achar que o Ceará tem que, primeiramente, construir e pautar seus argumentos e fundamentos. “Eles estão com todos os argumentos a seu favor. Temos que defender o território cearense.” O deputado Acrísio retirou então a proposta. A deputada acordou com os demais a data de 19/08/2019 para a realização da audiência na Assembleia Legislativa, bem como a realização de uma audiência pública anterior, na região da Ibiapaba, convidando os outros deputados presentes, prefeitos e vereadores. A seguir o deputado Nelinho colocou em votação os requerimentos, bem como as solicitações de subscrição, os quais foram aprovados por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o presidente Nelinho declarou encerrada a Reunião. E, para constar, eu, Maria Albeni Aguiar Maria Albeni Aguiar, secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim, pelo presidente, e pelos deputados presentes.

Deputado Nelinho Freitas

Deputado Queiroz Filho

Deputado Walter Cavalcante

Continuação da Ata da 2ª Reunião Extraordinária

